

120

MODIFICAÇÕES CURRICULARES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSEQUÊNCIAS DAS DETERMINAÇÕES LEGAIS DO MEC-BRASIL EM LICENCIATURAS NO RS. *Aline Manara Gravy, Flávia Renata Pinto Barbosa,*

Elizabeth Diefenthaler Krahe (orient.) (UFRGS).

A presente pesquisa busca explicitar e analisar o processo de construção dos currículos das Licenciaturas da UFRGS em comparação com os de duas outras Instituições no Rio Grande do Sul, uma privada e outra comunitária, frente às demandas legais (em especial a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Resolução CNE/CP 1 de 2002 e Resolução CNE/CP 2 de 2002) na perspectiva de evidenciar as mudanças e continuidades decorrentes dos processos de reformulação destes currículos. Como escolha metodológica optou-se pelo método comparativo, dividido em contextualização, compreensão dos dados obtidos, justaposição dos elementos encontrados e comparação. Esta pesquisa está em andamento, mas já é possível apontar algumas considerações no que diz respeito à UFRGS. Nesta Universidade, desde os anos 1990 discute-se as diferentes realidades das suas licenciaturas através do grupo de Trabalho Licenciaturas (GT Licenciaturas) da Faculdade de Educação e do Fórum das Licenciaturas. Em 2002 é criada a Coordenadoria das Licenciaturas que teve um papel fundamental na reestruturação dos currículos, servindo de suporte para as Comissões de Graduação e fomentando discussões articulando alunos, professores e diversos órgãos da Universidade para a reelaboração dos currículos dentro dos pressupostos legais. Comparando currículos de décadas anteriores e os atuais percebe-se indícios de uma mudança de racionalidade, de técnico-instrumental para prático-reflexiva, uma vez que estes novos currículos possuem uma identidade própria, independente dos Bacharelados e, com a inserção desde o início dos estudos de graduação no cotidiano escolar, tendem ao desenvolvimento de um profissional autônomo e reflexivo. (BIC).